

CONCURSO PÚBLICO



PREVIDÊNCIA SOCIAL

DATAPREV



DATA: 11/01/2009 - DOMINGO - TARDE

CARGO: Analista de Tecnologia da Informação

PERFIL: S20 - Jurídico

A T E N Ç Ã O

O **Caderno de Questões** contém 60 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E) e 01 questão discursiva.

1. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** e na **Folha de Resposta da Prova Discursiva** seu nome, número de inscrição, data de nascimento e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. As provas objetiva e discursiva terão juntas duração de 4 horas e 30 minutos, incluídos neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas** e da **Folha de Resposta da Prova Discursiva**.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas** e da **Folha de Resposta da Prova Discursiva**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 60 minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** faltando uma hora para o término do horário da prova, conforme Edital do Concurso.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Resposta da Prova Discursiva**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Resposta da Prova Discursiva**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.concursos.uff.br, no dia 13/01/2009, conforme estabelecido no Cronograma Previsto.

Realização:



BOA PROVA

CONHECIMENTO GERAL

1. "O executivo americano Ken Musgrave, coloca o pequeno retângulo de acrílico vermelho, um PC de mesa, ao lado de um PC normal, uma trivial caixa de alumínio cinza-chumbo. "Ambos têm as mesmas funcionalidades e capacidade de processamento", afirma diante das duas máquinas. "A diferença é que o modelo novo tem quase um quinto do tamanho do antigo e, portanto, precisa de muito menos material para ser fabricado. Fora isso, consome quase 70% menos energia".

O computador apresentado por Musgrave é considerado o que há de mais inovador do ponto de vista ambiental. "É o equipamento que melhor traduz o conceito de *green IT* (tecnologia da informação verde)", (...) o produto é diferenciado por reduzir o impacto ambiental de variadas formas - na menor quantidade de energia que será consumida durante sua vida útil, na redução de materiais que o compõem e até na embalagem, que é 95% reciclável".

(Adaptado de <http://info.abril.com.br/professional/ti-verde/quero-ser-verde.shtml>)

A sustentabilidade é um importante aspecto da relação do homem moderno com o seu ambiente, que, no caso acima, envolve diretamente:

- A) a utilização de matéria prima "verde" em sua fabricação;
- B) o investimento em *hardwares* esteticamente menos conspícuos;
- C) o uso de *softwares* de gerenciamento ambiental;
- D) a redução do impacto ambiental pelo uso da bioinformática;
- E) a redução da produção de lixo e do impacto ambiental decorrente.

2. "Depois de quase um ano de tentativas, os cientistas conseguiram transformar as células-tronco da gordura em células musculares humanas no corpo dos camundongos. E junto com elas, veio também um resultado impressionante.

Os camundongos tinham distrofia muscular, uma doença genética grave que afeta a força dos músculos aos poucos e que ainda não tem cura. Um camundongo que não recebeu células-tronco, por causa da distrofia muscular, não conseguia se segurar no arame e caía. Já o camundongo que recebeu as células-tronco de gordura se agarrava com firmeza ao arame. As células de gordura viraram músculos que funcionam."

(Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Ciencia/0,,MUL913218-5603,00-CIENTISTAS+TRANSFORMAM+CELULASTRONCO+DE+GORDURA+EM+CELULAS+MUSCULARES.html>)

As células-tronco podem ser muito úteis na medicina, pois:

- A) são capazes de se modificarem em células especializadas;
- B) devem ser usadas para a preservação da biodiversidade;
- C) podem facilitar as pesquisas do genoma humano;
- D) são incapazes de sofrer qualquer tipo de transformação;
- E) não sofrem nenhum tipo de diferenciação celular.

3. Exemplos de materiais semicondutores inorgânicos responsáveis pelo grande desenvolvimento tecnológico atual na área da microeletrônica e na fabricação de *microchips* são:

- A) ouro e prata;
- B) silício e germânio;
- C) hidrogênio e nitrogênio;
- D) gálio e urânio;
- E) carvão e hélio.

4. Sobre o item Meu Computador, analise:

- I. Pode-se copiar arquivos e pastas, mas nunca atalhos.
- II. É possível apagar arquivos enviando a lixeira.
- III. Só é possível mover arquivos e atalhos.

Dos itens acima mencionados:

- A) I, apenas, está correto;
- B) II, apenas, está correto;
- C) III, apenas, está correto;
- D) I e II, apenas, estão corretos;
- E) I, II e III estão corretos.

5. Para selecionar várias células de uma mesma coluna numa Planilha utilizando o MS-Excel, deve-se manter pressionada a tecla (ou combinação de teclas):

- A) ALT
- B) CTRL
- C) SHIFT
- D) CTRL + SHIFT
- E) ESC

6. Conflitos de hardware ocorrem quando dois ou mais dispositivos utilizam o mesmo recurso. A opção que possui os recursos de hardware que podem entrar em conflito é:

- A) endereços de memória, endereços de E/S, linhas de interrupções (IRQ) e canais de DMA;
- B) canais de impressão, endereços de memória, monitor;
- C) mouse, impressora, monitor;
- D) endereços de memória, canais de impressão e interrupções (IRC);
- E) considerar que as opções acima são incorretas.

7. No Menu Exibir do Windows Explorer, a opção que faz com que o modo exibição dos arquivos e pastas forneça informações tais como nome, tipo, tamanho e data de modificação é:

- A) Miniaturas.
- B) Lado a lado.
- C) Ícones.
- D) Lista.
- E) Detalhes.

8. A única das proposições abaixo que pode ser considerada uma negação lógica da proposição: "**Se é feriado, então vou à praia**", é:

- A) Não é feriado e não vou à praia.
- B) Se não vou à praia, é feriado.
- C) Não vou à praia ou é feriado.
- D) Não vou à praia é feriado.
- E) É feriado e não vou à praia.

9. Sejam V (verdadeiro) e F (falso) os valores lógicos associados às proposições compostas a seguir.

- I. O cachorro é mamífero ou vaca voa. ()
- II. Se cachorro é mamífero, então vaca voa. ()
- III. O cachorro é mamífero e vaca voa. ()
- IV. O cachorro é mamífero, se e somente se vaca voa. ()

A seqüência ordenada dos valores lógicos obtidos é:

- A) V F F F;
- B) F F V V;
- C) F V F V;
- D) V F V F;
- E) F F F F.

10. Dentre os argumentos lógicos apresentados abaixo, o único que é um **silogismo** é:

- A) $1 < 4$ ou $7 < 4$. $7 \geq 4$, logo, $1 < 4$.
- B) Se $1 < 4$, então $7 \geq 4$.
- C) $1 < 4$ ou $7 \geq 4$. Logo, $1 < 4$.
- D) $1 < 4$; $7 \geq 4$; logo $1 \neq 4$
- E) $1 < 4$, se e somente se $7 \geq 4$.

LÍNGUA INGLESA

Gadget Designers Push the Limits of Size, Safety

By Brian X. Chen, August 28, 2008

Just as small, fast-moving mammals replaced lumbering dinosaurs, pocketable gadgets are evolving to fill niches that larger, deskbound computers can't reach. But as they shrink, these gadgets are faced with problems mammals face, too, such as efficiently dissipating heat.

The recent example of Apple's first-generation iPod nanos causing fires in Japan raises the question of whether increasingly innovative product designs are impinging on safety. The nano incident illustrates how risk can increase as devices decrease in size, says Roger Kay, an analyst at Endpoint Technologies.

"As [gadgets] get smaller, the tradeoffs become more difficult, the balance becomes more critical and there's less room for error," Kay said. "I'm not surprised it's happening to the nano because that's the small one. You're asking it to do a lot in a very, very small package and that's pushing the envelope."

There's no question that industrial designers' jobs have become much more difficult as the industry demands ever more powerful and smaller gadgets. With paper-thin subnotebooks, ultrasmall MP3 players, and pinkie finger-sized Bluetooth headsets becoming increasingly popular, it's questionable where exactly designers draw the line between innovation and safety.

11. In the sentence: "But as they shrink, these gadgets with problems mammals face too, such as dissipating heat." First paragraph, the author of the text believes that...

- A) like the early mammals, gadgets will have to be able to maintain heat;
- B) like early mammals, nano technology will have to develop better condition of safety to survive;
- C) pocketable gadgets are evolving to overtake deskbound computers positions;
- D) people are in danger when they use their newest gadgets;
- E) gadgets may be compared to lumbering dinosaurs and have no survival chance in the future.

12. The title of the text let us know that there must be a close relation between ...

- A) design and safety;
- B) technology and safety;
- C) nano technology and design;
- D) nano technology and safety;
- E) design and technology.

13. The reason given in the third paragraph of the text for the problem with smaller gadgets is that...

- A) it gets hard to deal with anything in a tiny space;
- B) gadgets designer will never know how to deal with nano technology;
- C) gadgets designer are not able to deal with high technology;
- D) science hasn't reach the necessary safety;
- E) it is very difficult to work with high technology at any rate.

14. According to the text industrial designers' jobs have become more difficult because they...

- A) require more responsibility;
- B) require a production of smaller and safer gadgets;
- C) require more skills;
- D) demand a whole lot of patience;
- E) demand too much time of research and of tests.

15. The expression *such as* in the last line of the first paragraph could be changed by ____ and its meaning would not altered.

- A) by;
- B) like;
- C) although;
- D) but;
- E) because.

Choose the best option.

16. Dumping your entire music collection ____ your iPod is a simple, one click process. But what about getting your music ____ your iPod?

- A) in / out;
- B) in / off;
- C) on / off;
- D) onto / off;
- E) into / out.

17. Boeing ____ this week that it ____ successfully ____ a manned airplane powered ____ hydrogen fuel cells.

- A) announced / has / flown / on;
- B) has announced / had / flown / by;
- C) announced / has / flown / by;
- D) have announced / has / flown / on;
- E) announced / had / flown / on.

18. Robots ____ have the brains to "intelligently and autonomously search ____ objects" ____ their own.

- A) didn't/for/in;
- B) don't/of/in;
- C) haven't/for/on;
- D) don't/for/on;
- E) doesn't/for/on.

19. If this scientific breakthrough is reliable, after years testing it, it ____ lead to the cure of this type of cancer in the future.

- A) must;
- B) should;
- C) might;
- D) ought to;
- E) could.

20. He was very precise about the proper procedure and the material to be used, he said he didn't want anything especial, only the regular, ____ one.

- A) unique;
- B) ordinary;
- C) rare;
- D) exquisite;
- E) unknown.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

21. Leia com atenção as afirmativas abaixo.

- I. O ato administrativo, como espécie do gênero ato jurídico, corresponde a toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, objetiva a aquisição, o resguardo, a modificação, a transformação ou a extinção de direitos.
- II. Os elementos do ato administrativo são: competência, finalidade, forma, motivo e objeto, sendo certo que, quanto a todos eles, o ato administrativo é vinculado, face ao princípio da legalidade que o norteia.
- III. Os regulamentos são atos administrativos ordinatórios que visam organizar a Administração Pública, e não se confundem com as leis, que são normas gerais.
- IV. São características do ato administrativo a presunção de legitimidade, a imperatividade e a auto-executoriedade.

Das afirmativas acima, estão corretas apenas:

- A) I e II;
- B) II e III;
- C) I e IV;
- D) II e IV;
- E) III e IV.

22. Das afirmativas abaixo, a correta é:

- A) após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, o nosso ordenamento jurídico veda, em qualquer hipótese, e expedição de decretos autônomos;
- B) nos termos precisos da Lei nº 9.784/1999, não podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade;
- C) a competência, quando exercida além dos limites estabelecidos na lei, dá lugar a uma das modalidades de abuso de poder, denominada desvio de poder;
- D) constituem o mérito administrativo os aspectos do ato que dizem respeito à legalidade e à legitimidade do ato administrativo;
- E) para o Direito Administrativo a usurpação de função e o exercício de função de fato possuem conseqüências jurídicas idênticas.

23. A teoria geral do órgão, inspirada nos ensinamentos do jurista alemão Otto Gierke, possui o intuito de justificar a natureza jurídica da relação entre o Estado e os agentes por meio dos quais atua. Com base nesta teoria, é correto asseverar que:

- A) em regra, o ato do agente público é ato do órgão e, portanto, imputável à Administração Pública;
- B) o agente público age como mandatário da Administração Pública;
- C) o agente público age como representante do Estado, à semelhança do tutor e curador de incapazes;
- D) o Estado não responde perante terceiros na hipótese de o agente público agir com excesso de poder;
- E) o órgão público possui personalidade jurídica própria.

24. A respeito da encampação, pode-se afirmar que:

- A) corresponde ao advento do termo contratual dos contratos administrativos típicos, tais como, nos contratos de concessão de obras públicas;
- B) ocorre quando da falência ou extinção da empresa concessionária ou, ainda, pelo falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual;
- C) consiste na rescisão do contrato de concessão em razão de falta grave cometida pelo concessionário;
- D) dá-se por ilegalidade e anulação da licitação (Lei nº 8.666/93) ou porque o contrato não observou as cláusulas essenciais;
- E) traduz o ato pelo qual o poder concedente põe fim à concessão, avocando a si o serviço, por interesse público, mediante justa indenização paga ao concessionário.

25. Analise as assertivas abaixo relacionadas às empresas públicas e às sociedades de economia mista, no âmbito federal:

- I. Desde que a maioria do capital votante permaneça de propriedade da União, será admitida, no capital da Empresa Pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da Administração Indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- II. Pode-se afirmar que o regime jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista é híbrido já que, dependendo do setor de sua atuação, sofre o influxo de normas de direito privado e de direito público.
- III. Os bens que são transferidos ao patrimônio destas entidades caracterizam-se como bens públicos e gozam, portanto, de prerrogativas próprias como a imprescritibilidade, a impenhorabilidade, assim como a alienabilidade condicionada.
- IV. Seus empregados são considerados agentes públicos para os fins de incidência das diversas sanções na hipótese de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92).

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- A) todas são falsas;
- B) todas são verdadeiras;
- C) somente I, II e IV são verdadeiras;
- D) somente I, II e III são verdadeiras;
- E) somente II, III e IV são verdadeiras.

26. Com fundamento no princípio da norma mais favorável, aplicável ao Direito do Trabalho, é correto dizer que:

- A) na hipótese de ocorrer conflito entre uma norma autônoma e outra heterônoma deverá ser aplicada a teoria do conglobamento;
- B) este princípio revela que os fatos reais prevalecem sobre as formas;
- C) deste princípio decorre a ilação de que o ônus de provar a data e motivo da extinção do pacto trabalhista é do empregador, eis que cumpre ao Estado proteger a figura do empregado;
- D) a jurisprudência orienta-se, incondicionalmente, pela sua aplicabilidade;
- E) mesmo que a norma seja mais favorável ao empregado, se violar dispositivo expresso na lei ou for inconstitucional, não poderá ser aplicada.

27. Sobre a dispensa de empregado dirigente sindical pode-se dizer que:

- A) depende de expressa autorização do sindicato a que esteja vinculado;
- B) independe de formalidade legal, desde que satisfeita e paga a indenização dobrada;
- C) opera efeitos, independentemente de pronunciamento judicial;
- D) pressupõe o cometimento de falta grave devidamente apurada;
- E) o nosso ordenamento jurídico é omissivo neste aspecto.

28. Nos termos precisos da legislação vigente, sobre a greve pode-se afirmar que:

- A) é um recurso que pode ser utilizado pelo trabalhador a qualquer momento;
- B) consubstancia hipótese de interrupção do contrato de trabalho;
- C) as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, nos serviços de processamento de dados ligados a serviços essenciais, ficam obrigados a comunicar a decisão de deflagração da greve aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da paralisação;
- D) a titularidade do direito de greve foi garantida às associações sindicais (sindicato, federação e confederação), pois a elas compete decidir sobre a oportunidade, a conveniência e os interesses que devem ser decididos;
- E) na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa, constitui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que seja motivada pela superveniência de fatos novos ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho.

29. Segundo Vólia Bomfim Cassar, terceirização é a relação trilateral formada entre trabalhador, intermediador de mão-de-obra (empregador aparente, formal ou dissimulado) e o tomador de serviços (empregador real ou natural), caracterizada pela não coincidência do empregador real com o formal. Com base no instituto acima conceituado, analise as assertivas abaixo.

- I. A subcontratação de empregados contraria a finalidade do direito, seus princípios e sua função social e, por isso, constitui-se em exceção ao princípio da "ajenidad", onde a relação de emprego se forma diretamente com o tomador de serviços, isto é, com o empregador natural (relação bilateral).
- II. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial.
- III. A lei exige isonomia de tratamento entre os trabalhadores terceirizados e os empregados da empresa tomadora de serviços, salvo em se tratando de trabalhador temporário.
- IV. O vigilante, o vigia e o segurança possuem idêntica disciplina legal, eis que pertencem à mesma categoria de trabalhador.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- A) somente I e II são verdadeiras;
- B) todas são verdadeiras;
- C) todas são falsas;
- D) somente I, II e III são verdadeiras;
- E) somente II, III e IV são verdadeiras.

30. Considere as assertivas a seguir.

- I. Os empregados que exerçam cargo de confiança ou que tenham em seus contratos condição explícita ou implícita de transferência podem ser transferidos. Entretanto, presume-se abusiva tal transferência, sem comprovação da necessidade do serviço.
- II. O adicional de transferência (25% dos salários) somente será devido na hipótese de transferência definitiva.
- III. Em geral, nenhuma condição de trabalho pode ser modificada unilateralmente pelo empregador, regra esta contida em nossa lei ao dispor que, nos contratos individuais de trabalho, só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente dessa garantia.
- IV. A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- A) somente I e II são verdadeiras;
- B) somente I e III são verdadeiras;
- C) todas são falsas;
- D) somente III e IV são verdadeiras;
- E) somente II, III e IV são verdadeiras.

31. A forma de estipulação salarial que resulta da combinação entre unidade de tempo e unidade de obra denomina-se salário:

- A) por tarefa;
- B) por produção;
- C) compressivo;
- D) unidade de obra;
- E) empreitada.

32. Leia atentamente as assertivas abaixo.

- I. Na legislação brasileira os termos salário e remuneração são sinônimos.
- II. Compreendem-se na remuneração do empregado, além do salário devido e pago direta e periodicamente pelo empregador como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.
- III. Tendo em mira o princípio da intangibilidade salarial, pode-se afirmar que ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo na ocorrência de dolo, desde que esta possibilidade tenha sido acordada.
- IV. Segundo a norma programática contida na CRFB/1988, o salário mínimo é entendido como a contraprestação, em dinheiro, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- A) somente II, III e IV estão corretas;
- B) somente II é correta;
- C) somente III e IV estão corretas;
- D) somente IV está correta;
- E) todas são falsas.

33. Quanto ao aviso prévio, pode-se dizer que:

- A) o horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso prévio, e se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido de duas horas diárias e, por via de consequência, ocorrerá redução do salário do obreiro;
- B) é lícito substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento de horas correspondentes;
- C) o empregado que rescinde o contrato por tempo determinado, antecipadamente, está desobrigado de indenizar seu empregador;
- D) é incabível aviso prévio na despedida indireta;
- E) dado o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva depois de expirado o respectivo prazo, mas, se a parte notificante reconsiderar o ato, antes de seu termo, à outra parte é facultado aceitar ou não a reconsideração.

34. Em consonância com a jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho, pode-se afirmar que:

- A) a ausência do reclamante, quando adiada a instrução, após contestada a ação em audiência, importa arquivamento do processo;
- B) as anotações apostas pelo empregador na Carteira Profissional do empregado geram presunção "jure et de jure", não "juris tantum";
- C) presume-se recebida a notificação 48 (quarenta e oito) horas depois de sua postagem; o seu não-recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário;
- D) a compensação, na Justiça do Trabalho, está restrita a dívidas de natureza civil;
- E) a compensação poderá ser argüida em qualquer fase processual.

35. Leia atentamente as assertivas abaixo.

- I. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- II. Não há possibilidade de declaração de nulidade de ofício no Processo do Trabalho.
- III. A nulidade do ato será pronunciada mesmo quando argüida por quem lhe tiver dado causa.
- IV. A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que somente:

- A) II, III e IV estão corretas;
- B) II está correta;
- C) III e IV estão corretas;
- D) IV está correta;
- E) I e IV estão corretas.

36. Leia atentamente as assertivas abaixo.

- I. Não se conhece da revista ou dos embargos, se a decisão recorrida resolver determinado item do pedido por diversos fundamentos e a jurisprudência transcrita não abranger a todos.
- II. No caso de se converter a reintegração em indenização dobrada, o direito aos salários é assegurado até a data da sentença constitutiva que põe fim ao contrato.
- III. Quando não juntada a ata, ao processo, em 48 (quarenta e oito) horas contadas da audiência de julgamento, o prazo para recurso será contado da data em que a parte receber a intimação da sentença.
- IV. Nas ações plúrimas as custas incidem sobre o respectivo valor global.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- A) somente I, III e IV estão corretas;
- B) somente II e III estão corretas;
- C) somente II e IV estão corretas;
- D) somente IV é falsa;
- E) todas são falsas.

37. Nos dissídios coletivos de greve, em atividades essenciais, quanto à atuação do Ministério Público do Trabalho, pode-se afirmar que:

- A) restringe-se à emissão de parecer;
- B) não há participação do Ministério Público do Trabalho;
- C) depende de provocação da parte interessada ou da Administração Pública;
- D) poderá ajuizar o dissídio coletivo, desde que haja possibilidade de lesão do interesse público, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito;
- E) o órgão ministerial notificará ambas as partes a fim de firmarem Termo de Ajuste de Conduta (TAC).

38. Leia as afirmativas abaixo.

- I. Não ocorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação. Esse privilégio, todavia, não se aplica à empresa em liquidação extrajudicial.
- II. Havendo recurso parcial no processo principal, o trânsito em julgado dá-se em momentos e em tribunais diferentes, contando-se o prazo decadencial para a ação rescisória do trânsito em julgado de cada decisão, salvo se o recurso tratar de preliminar ou prejudicial que possa tornar insubsistente a decisão recorrida, hipótese em que flui a decadência a partir do trânsito em julgado da decisão que julgar o recurso parcial.
- III. É aplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente.
- IV. Da decisão do Tribunal Regional do Trabalho, em ação rescisória, cabível é o recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho, em face da organização judiciária trabalhista, cujo prazo fatal para a sua interposição dar-se-á 8 (oito) dias após a publicação do acórdão.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que somente:

- A) II e III estão corretas;
- B) I e II estão corretas;
- C) III está correta;
- D) II e IV estão corretas;
- E) II está correta.

39. A partir da EC 45, pode-se afirmar que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

- A) exclusivamente os conflitos oriundos da relação de emprego;
- B) ações acidentárias;
- C) os dissídios coletivos de natureza econômica, ainda que as partes interessadas não tenham esgotado as negociações extrajudiciais;
- D) as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
- E) os crimes contra a organização do trabalho.

40. Do despacho que negar seguimento ao agravo de petição caberá agravo de instrumento no prazo de:

- A) 5 dias;
- B) 15 dias;
- C) 10 dias;
- D) 48 horas;
- E) 8 dias.

41. Leia atentamente as assertivas abaixo a respeito da posse e da propriedade.

- I. A usucapião especial urbana não pode ser reconhecida ao mesmo possuidor mais de uma vez.
- II. Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias, não lhe assistindo o direito de retenção pela importância destas, nem o de levantar as voluptuárias.
- III. São requisitos da autodefesa da posse: o imediatismo, a existência de um ato turbativo real e atual, a moderação e a legitimidade.
- IV. Para que produza efeitos, a perda da propriedade por alienação ou por renúncia subordina-se ao registro do título transmissivo ou do ato renunciativo no Registro de Imóveis.
- V. O compossuidor exerce seu poder sobre parte ideal da coisa, com exclusividade sobre a parcela específica que lhe cabe.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que estão corretas somente:

- A) I, II e III;
- B) II, III e IV;
- C) III e IV;
- D) II, III e V;
- E) I, IV e V.

42. Acerca das obrigações solidárias, é correto afirmar que:

- A) a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários só aproveitará aos demais se o objeto da obrigação for indivisível;
- B) a interrupção da prescrição operada contra um dos devedores solidários não aproveitará aos outros devedores e seus herdeiros;
- C) a cláusula, condição ou obrigação condicional estipulada entre um dos co-devedores e o credor agrava a posição de todos os demais;
- D) o credor pode renunciar à solidariedade em favor de um dos devedores solidários, desde que com a permissão dos demais co-devedores;
- E) convertendo-se a obrigação em perdas e danos, cessa a solidariedade entre os co-credores.

43. Leia atentamente as assertivas abaixo quanto às pessoas jurídicas.

- I. Qualquer interessado ou o Ministério Público poderá promover a extinção da fundação, caso seu objeto se torne ilícito, for impossível ou inútil a sua manutenção ou se vencer o prazo de sua existência.
- II. As fundações podem ser instituídas por testamento, escritura pública ou instrumento particular.
- III. As sociedades de economia mista, as empresas públicas e os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado.
- IV. A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado inicia-se com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, sendo vedado ao Poder Público negar-lhes aprovação, reconhecimento, autorização ou registro.
- V. Nas associações, os associados devem ter iguais direitos, sendo vedada a instituição de categorias com preferências ou vantagens especiais.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que estão corretas somente:

- A) I, II e III;
- B) II, III e IV;
- C) I e III;
- D) II, III e V;
- E) I, II e IV.

44. Acerca dos bens, é correto afirmar que:

- A) consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos pessoais de caráter patrimonial e as respectivas ações;
- B) os bens públicos de uso especial, os dominicais e os de uso comum do povo são inalienáveis;
- C) o uso comum dos bens públicos será gratuito, sendo vedada a estipulação de qualquer retribuição pelo seu uso pela entidade a cuja administração pertencerem;
- D) os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertenças, salvo estipulação legal em sentido diverso;
- E) constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária, podendo ser objeto de relações jurídicas próprias.

45. Leia atentamente as assertivas abaixo acerca dos negócios jurídicos.

- I. A impossibilidade inicial do objeto, ainda que relativa, invalida o negócio jurídico.
- II. É nulo o negócio jurídico que tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- III. É nulo o negócio jurídico resultante de lesão.
- IV. É anulável o negócio jurídico por dolo, quando este for a sua causa.
- V. Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de 2 (dois) anos, a contar da data da conclusão do ato.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que estão corretas somente:

- A) I, III e V;
- B) II, III e IV;
- C) II e V;
- D) II, IV e V;
- E) I, II e IV.

46. Acerca do contrato de compra e venda, é correto afirmar que:

- A) no contrato de compra e venda é vedado às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, ainda que suscetíveis de objetiva determinação;
- B) é lícita a compra e venda entre cônjuges com relação a bens excluídos da comunhão;
- C) até o momento da tradição, os riscos da coisa e do preço correm por conta do vendedor;
- D) a tradição da coisa vendida, na falta de estipulação expressa, dar-se-á no lugar do domicílio do comprador;
- E) salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura, registro e tradição a cargo do comprador.

47. No que se refere à extinção dos contratos, é correto afirmar que:

- A) a cláusula resolutiva, expressa ou tácita, opera de pleno direito;
- B) a resilição unilateral dos contratos requer, para sua eficácia, pronunciamento judicial;
- C) a resilição unilateral dos contratos produz efeitos retroativos, restituindo-se as prestações anteriormente cumpridas;
- D) a resolução por onerosidade excessiva se verifica apenas nos contratos de execução continuada ou diferida, nos quais, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, a prestação se tornar excessivamente onerosa.
- E) os efeitos da sentença que decretar a resolução por onerosidade excessiva retroagirão à data em que a prestação tornou-se excessiva.

48. Leia atentamente as assertivas abaixo sobre responsabilidade civil.

- I. A responsabilidade civil é independente da criminal, sendo que as questões alusivas à autoria e aos fatos já decididos na esfera criminal não poderão ser questionadas na esfera cível.
- II. O incapaz não responde pelos prejuízos que causar, uma vez que não pode exercer por si os atos da vida civil.
- III. Ressalvados outros casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem objetivamente pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
- IV. É objetiva a responsabilidade do patrão ou comitente pelo ato culposo do empregado ou preposto.
- V. O caso fortuito, a força maior e a culpa concorrente da vítima são causas excludentes da responsabilidade civil.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que estão corretas somente:

- A) I, II e V;
- B) II, III e IV;
- C) I, III e V;
- D) II, IV e V;
- E) I, III e IV.

49. A respeito da liquidação e do cumprimento da sentença, é correto afirmar que:

- A) da decisão de liquidação de sentença caberá recurso de apelação, no prazo de 15 (quinze) dias;
- B) caso o devedor condenado a pagar quantia certa ou já fixada em liquidação não o efetuar no prazo de 15 (quinze) dias, expedir-se-á, a requerimento do credor, mandado de penhora e avaliação ao executado que, querendo, poderá oferecer impugnação no prazo de 30 (trinta) dias;
- C) a impugnação à execução por quantia certa ou já fixada em liquidação não terá efeito suspensivo, salvo nos casos em que a continuidade da execução possa causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação;
- D) a impugnação à execução por quantia certa ou já fixada em liquidação poderá versar sobre qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, transação, decadência ou prescrição anterior à sentença;
- E) considera-se inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou ato normativo tidas pelo Supremo Tribunal Federal como incompatíveis com a Constituição Federal ou com a legislação infraconstitucional.

50. Leia atentamente as assertivas abaixo.

- I. Enquanto a tutela cautelar tem como objetivo assegurar a eficácia e utilidade de processo de tutela satisfativa, dando ao autor a expectativa de vir a fruir do direito no futuro, a tutela antecipatória objetiva realizar de forma provisória o direito material pretendido pelo autor da ação, outorgando ao autor, desde logo, condições de fruir do direito.
- II. Da decisão que concede a tutela antecipada, sem oitiva da parte contrária, cabe recurso de apelação, no prazo de 15 (quinze) dias.
- III. Saneado o processo, é vedado ao juiz revogar ou modificar a tutela antecipada.
- IV. A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
- V. É vedado ao juiz deferir incidentalmente a título de antecipação de tutela providência de natureza cautelar.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que estão corretas apenas:

- A) I, III e V;
- B) II, III e IV;
- C) IV e V;
- D) I, II e IV;
- E) I e IV.

51. Acerca dos recursos, é correto afirmar que:

- A) o recurso especial e o extraordinário possuem efeito suspensivo;
- B) a insuficiência do valor do preparo do recurso implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de 10 (dez) dias;
- C) a renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte;
- D) o juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal;
- E) a apelação de sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela será recebida no efeito suspensivo e devolutivo.

52. No que se refere à Execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública, é correto afirmar que:

- A) quaisquer valores cuja cobrança seja atribuída por lei à União, aos Estados, Municípios e Distrito Federal, bem como às autarquias, fundações públicas e empresas públicas, poderão ser objeto de execução fiscal;
- B) a Fazenda Pública exequente poderá emendar ou substituir a Certidão de Dívida Ativa até a decisão de primeira instância, assegurando-se ao executado a devolução do prazo para embargos;
- C) a Dívida Ativa regularmente inscrita goza de presunção absoluta de certeza e liquidez;
- D) a competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro juízo, salvo o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário;
- E) a inscrição na Dívida Ativa da Fazenda Pública, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 5 (cinco) anos ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

53. É correto afirmar que:

- A) cabem embargos infringentes de acórdão que em mandado de segurança decidiu, por maioria de votos, a apelação;
- B) cabe agravo regimental contra decisão do relator que concede ou indefere liminar em mandado de segurança;
- C) a existência de controvérsia sobre matéria de direito impede a concessão de mandado de segurança;
- D) não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança;
- E) cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar.

54. Leia atentamente as assertivas abaixo acerca da ação civil pública:

- I. A ação civil pública será proposta no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.
- II. Da decisão do juiz que conceder mandado liminar em ação civil pública, com ou sem justificação prévia, caberá recurso de apelação.
- III. A sentença civil proferida em sede de ação civil pública fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- IV. No que se refere à ação civil pública, têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar o Ministério Público, a Defensoria Pública, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, as autarquias, empresas públicas, fundações ou sociedades de economia mista, bem como associações constituídas há pelo menos um ano e que possuam dentre as suas finalidades institucionais a proteção do meio ambiente, ao consumidor, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- V. Será cabível ação civil pública em relação aos danos morais e patrimoniais causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, a qualquer interesse difuso ou coletivo, por infração da ordem econômica e da economia popular, à ordem urbanística, e por lesão ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que estão corretas apenas:

- A) I, III e IV;
- B) II, III e V;
- C) I e V;
- D) II, III e IV;
- E) I, III e V.

55. É correto afirmar que:

- A) a suspensão do processo por convenção das partes nunca poderá exceder 3 (três) meses;
- B) após o saneamento do processo, poderá o autor modificar o pedido ou a causa de pedir, desde que com o consentimento do réu;
- C) extingue-se o processo com resolução de mérito quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação;
- D) extingue-se o processo sem resolução de mérito quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição;
- E) o autor poderá desistir da ação a qualquer tempo, sem o consentimento do réu.

56. Dispõe o artigo 5º, inciso XII da Constituição Federal, no capítulo referente aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, que: “É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”. No que se refere à aplicabilidade e eficácia da citada norma constitucional, é correto afirmar que possui eficácia:

- A) plena e aplicabilidade direta e imediata;
- B) limitada institutiva e aplicabilidade direta e imediata;
- C) contida e aplicabilidade direta e imediata;
- D) limitada programática e aplicabilidade mediata;
- E) limitada institutiva e aplicabilidade mediata.

57. Segundo o artigo 125, § 2º, da Constituição Federal, inserido no capítulo que trata do Poder Judiciário: “Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão”. No que se refere à interpretação da norma constitucional, é correto afirmar que a norma citada acima adapta-se ao princípio:

- A) do efeito integrador;
- B) da conformidade funcional ou da justeza;
- C) da concordância prática ou da harmonização;
- D) da simetria constitucional;
- E) da unidade da Constituição.

58. Leia atentamente as assertivas abaixo acerca do controle de constitucionalidade.

- I. A inconstitucionalidade por ação, que deriva do princípio da supremacia constitucional e da compatibilidade vertical das normas, ocorre quando atos legislativos ou administrativos contrariam normas ou princípios constitucionais, seja sob o aspecto formal ou material.
- II. O exercício do controle de constitucionalidade se dá por via de exceção, quando a inconstitucionalidade é suscitada por qualquer interessado em qualquer processo ou juízo, por via da ação declaratória de constitucionalidade e por via da ação direta de inconstitucionalidade.
- III. A ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade poderão ser interpostas pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal; pela Mesa da Câmara dos Deputados; pela Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, pelo Governador do Estado ou do Distrito Federal, pelo Procurador-Geral da República, pelo Advogado-Geral da União, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por partido político com representação no Congresso Nacional e por confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- IV. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- V. As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo, alcançando a todos os atos de igual teor, ainda que posteriores, independentemente da propositura de uma nova ação.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que estão corretas apenas:

- A) I, II e III;
- B) II e IV;
- C) I, III e IV;
- D) I e II;
- E) I, II e IV.

59. No que se refere à fiscalização contábil, orçamentária e financeira, é correto afirmar que:

- A) a fiscalização mediante controle externo tem por objetivo apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo, a fim de verificar a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais;
- B) uma vez detectada irregularidade ou ilegalidade no processo de formação ou em quaisquer das cláusulas de um contrato, o Tribunal de Contas da União sustará de imediato a execução do contrato;
- C) a Comissão Mista permanente de Deputados e Senadores, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídio não aprovados, solicitará à autoridade governamental responsável que, no prazo de trinta dias, preste os esclarecimentos necessários;
- D) o Tribunal de Contas da União constitui-se em órgão auxiliar do Poder Executivo, e suas decisões são administrativas, não jurisdicionais;
- E) o Tribunal de Contas da União tem sede no Distrito Federal e é integrado por, no mínimo, onze ministros, escolhidos pelo Presidente da República.

60. Acerca da Organização do Estado, é correto afirmar que:

- A) compete privativamente à União combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- B) a superveniência de lei federal sobre normas gerais de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário;
- C) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios organizar, manter e executar a inspeção do trabalho;
- D) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;
- E) compete privativamente à União legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.

DISCURSIVA

Redigir um texto, em torno de 20 a 30 linhas, sobre o tema:

Ação judicial interposta por funcionária de empresa pública, grávida de seis meses, na qual pleiteia direitos decorrentes da rescisão contratual ocorrida dois meses antes e indenização por danos morais, com pedido de tutela antecipada visando sua reintegração.

Para o desenvolvimento do tema, divida o texto em 5 parágrafos, abordando o que se propõe nos itens abaixo:

- 1. Natureza jurídica da empresa pública.
- 2. Regime jurídico aplicável aos funcionários da empresa pública e direitos decorrentes da rescisão contratual.
- 3. Órgão jurisdicional competente para a apreciação do pedido formulado pela funcionária.
- 4. Pressupostos legais e doutrinários necessários à responsabilização da empresa pública por dano moral.
- 5. Pressupostos processuais necessários à concessão da tutela antecipada, viabilidade de sua concessão no presente caso e medida judicial cabível, pela parte sucumbente, diante do deferimento ou indeferimento do pedido de tutela antecipada.

RASCUNHO